

ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NA ESCOLA

Fernanda Bonfim Santos de Araújo¹

Ana Paula Trindade de Albuquerque²

Eliana Moura dos Santos Sodré³

Resumo

A pesquisa teve como objetivo compreender a influência persistente dos estereótipos de gênero na educação brasileira, desde os tempos coloniais até os dias atuais, como os estereótipos impactam o acesso desigual à educação, as expectativas de papéis de gênero, o ensino, desempenho desigual, limitações de carreira e discriminação. Destaca a exclusão dos estudantes LGBTQ+ no sistema educacional, ressaltando os danos à saúde mental e emocional. Além disso, enfatiza a necessidade de ações para criar um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo para todas as crianças, reconhecendo a importância do respeito à diversidade e aos direitos humanos nas instituições educacionais. A metodologia foi bibliográfica e os principais teóricos utilizados foram: Gilberto Freyre, Guacira Lopes Louro e Simone de Beauvoir.

Palavras-chave: Estereótipos de Gênero. Educação brasileira. Desigualdade.

Introdução

Educação brasileira, repleta de marcos e transformações, não está isenta da influência onipresente dos preconceitos de gênero. Os estereótipos de gênero moldaram o panorama educativo, impactando políticas, práticas e resultados, desde os primeiros dias do controle colonial até ao presente momento, como exemplo disso; Acesso desigual à educação, expectativas de papéis de gênero, viés de gênero no ensino, desigualdade no desempenho, limitações de carreira, discriminação e bullying. Para esclarecer os antecedentes dos estereótipos de gênero nas escolas contemporâneas, esta tese faz uma viagem pela história da educação brasileira. A compreensão deste contexto histórico é importante porque lança luz sobre a natureza contínua da questão e revela como estes pressupostos arraigados influenciaram as abordagens educativas modernas.

¹ Discente do curso de Pedagogia, UNIJORGE.

² Mestre e Doutora em Educação, professora da UNIJORGE.

³ Mestre em Educação, professora da UNIJORGE

As concepções de gênero ignoram frequentemente a realidade dos estudantes LGBTQ+, fazendo com que se sintam excluídos ou excluídas do sistema educativo. A sua saúde mental e emocional pode ser particularmente prejudicada por esta exclusão.

As normas tradicionais de gênero foram reforçadas ao longo da história educacional do Brasil, perpetuando estereótipos negativos. Nas escolas de hoje, estes preconceitos ainda têm impacto no crescimento das crianças, limitando as suas possibilidades, a autoestima e o bem-estar geral. Para que o Brasil desenvolva um sistema educacional mais inclusivo e equitativo para todas as crianças, é essencial reconhecer e combater esses preconceitos e entender como os estereótipos de gênero afetam o desenvolvimento das crianças nas escolas.

A pesquisa foi organizada em quatro sessões onde tem objetivo de analisar a construção social de estereótipos de gênero na sociedade contemporânea, identificando suas manifestações e influências culturais. Investigar a influência das dinâmicas familiares, da interação escolar e das influências religiosas na perpetuação ou desconstrução dos estereótipos de gênero, destacando como esses fatores afetam as crianças em idade escolar. Analisar o papel da escola como agente de transformação social no combate aos estereótipos de gênero, examinando estratégias pedagógicas de programas educacionais que promovem a igualdade de gênero e conscientização sobre a diversidade sexual e de gênero.

O método de pesquisa adotado para este estudo foi a pesquisa bibliográfica, na qual se utilizaram fontes primárias e secundárias para embasar e enriquecer o conteúdo apresentado no projeto. As fontes de pesquisa incluíram livros, revistas e artigos legais com o propósito de verificar a veracidade dos fatos e aprimorar ideias, contribuindo assim para uma estruturação mais sólida dos argumentos. Os resultados interpretados qualitativamente, através da análise de conceitos e ideias, a fim de oferecer uma compreensão mais aprofundada do tema abordado.

Os três principais autores dessa pesquisa são: Gilberto Freyre, um dos principais pensadores da sociologia brasileira, foi importante para pesquisa por falar sobre as relações sociais entre os brasileiros no período colonial. Guacira Lopez louro,

fundadora do GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero) da UFRGS e Simone de Beauvoir, feminista, atea e defendia o casamento livre.

1. Raízes Históricas: Estereótipos de Gênero na Educação.

Quando falamos sobre o Brasil antes dos portugueses, o conhecimento que temos são os relatos de alguns viajantes que estiveram aqui nesse período visto que, nossos antepassados desconheciam a escrita.

Tendo em vista que muitos dos fatos expostos pelos portugueses demonstram uma certa controvérsia; “*O descobrimento do Brasil*”, será apresentado um relato que ocorreu em uma entrevista a um blog chamado “*Catarinas*” da líder Kerexu Yxapyry que até o início do ano de 2016 ocupava a função de cacica da terra guarani no Morro dos Cavalos, em Palhoça. “Depois do contato (com os colonizadores) nossa mobilidade foi aos poucos sendo restrita por causa das guerras políticas de fronteiras de estado e poder. Nesse período, os colonizadores enxergavam as mulheres apenas como objetos de reprodução. A mulher não tinha voz, somente obedecia ou era punida com muita violência e essas violências vinham de todas as formas.”

Com isso criou-se uma divisão de gênero no trabalho, resultando na submissão das mulheres às famílias e, ao mesmo tempo, na sua função como produtoras de filhos fora do casamento dos senhores de terras. Por outro lado, os homens passaram a ser explorados nas atividades rurais e nos engenhos. No entanto, essa dinâmica revelou-se ineficaz, segundo Kerexu Yxapyry, o povo indígena guarani compartilha as responsabilidades necessárias para a subsistência da tribo: as mulheres se encarregam das sementes e do plantio, ao passo que os homens preparam o terreno.

De acordo com Gilberto Freyre, tendo em mente que a escravização dos índios havia entrado em colapso, os portugueses começaram a trazer os escravos africanos para o Brasil com o intuito de tornar as mulheres em escravas sexuais e reprodução de mão de obra escrava para o futuro da colônia e os homens serem forçados a trabalhos braçais. As mulheres europeias chegaram ao Brasil um tempo após a colonização e muitas encontravam seus maridos com filhos de outras mulheres que eram escravas “Com relação ao Brasil, que diga o ditado:

branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar". (FREYRE, 2013, p. 72).

Os padrões sociais, económicos e culturais predominantes da época influenciaram a vida das mulheres brancas durante a era colonial no que hoje é conhecido como as Américas. As suas experiências diferiram dependendo de elementos, incluindo classe social, região e situações pessoais, mas desempenharam papéis cruciais na fundação e manutenção das colónias europeias.

Na América colonial, esperava-se geralmente que as mulheres brancas desempenhassem os deveres habituais da família. Eles eram responsáveis pela administração da casa, pela criação dos filhos e, frequentemente, pela supervisão da produção e preservação dos alimentos. Muitas vezes esperava-se que as mulheres se casassem e tivessem filhos, e o casamento era altamente valorizado. As mulheres mais pobres tinham uma maior variedade de empregos de mão-de-obra intensiva para realizar, enquanto as mulheres mais ricas tinham mais tempo de lazer e pessoal para ajudar nas tarefas domésticas. Além disso, a classe social teve impacto sobre quem poderia obter educação e como poderia se desenvolver.

Ainda na Europa mas, saindo do contexto de Brasil e Portugal. A Revolução Francesa que ocorreu no final do século XVIII (entre 1789 e 1799) que foi marcada pelo fim da monarquia e a criação de uma república, tal revolução reivindicava Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Porém, "nem mesmo a Revolução Francesa inseriu as mulheres em sua exigência de princípios de igualdade. " (PHILIPP, 2008, p. 22).

Em 1791, Olympe de Gouges fez uma das primeiras manifestações públicas e políticas em prol dos direitos das mulheres, conhecida como sua "Declaração dos Direitos das Mulheres". Paralelamente, na Inglaterra, Mary Wollstonecraft também defendia a ideia de que as mulheres possuíam o direito igual ao dos homens à educação, destacando a importância dessa igualdade de oportunidades.

Sabe-se que, tais pensamentos, até hoje, causa um certo desconforto em algumas pessoas. De acordo com o site Câmara dos Deputados sobre a

“Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. “ Olympe foi guilhotinada pela oposição, em 1793.

Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga, quando comparados às Olimpíadas modernas, demonstram uma notável falta de inclusividade. As competições antigas eram restritas apenas a homens livres nascidos nas cidades-estados gregas, excluindo categoricamente mulheres, escravos e estrangeiros, também conhecidos como "bárbaros" na mitologia grega. Nota-se como os padrões históricos reforçam preconceitos que limitam as oportunidades para determinados gêneros. Essa relação está escancarada quando observamos as falas das pessoas do corpo docente e discente: “menina não joga bola”, “menina tem que brincar de boneca”.

2. A influência da Sociedade na Construção dos Estereótipos de Gênero.

O tema dos estereótipos de gênero nas escolas na história da educação brasileira pode ser examinado levando-se em conta como a sociedade molda as pessoas. Os papéis e expectativas de gênero estiveram intimamente ligados às normas da sociedade ao longo da história educacional do Brasil, e isso teve um efeito duradouro na forma como as pessoas se desenvolvem.

O Brasil tem historicamente lutado com os papéis convencionais de gênero que foram impactados pela sua herança colonial citada anteriormente. Estas funções posicionaram frequentemente homens e mulheres em posições fixas na sociedade, com poucas opções de mudança. O conceito de que os homens são os provedores e as mulheres as cuidadoras e orientadas a procurarem competências domésticas, enquanto os rapazes podem ter sido orientados para temas e profissões mais “masculinas”. A filósofa francesa Simone de Beauvoir em “O segundo sexo” de 1949 relatou que, mesmo em tempos modernos, uma suposta inferioridade feminina era defendida nos campos da Ciência, História, Filosofia ou Biologia.

De acordo com o censo escolar 2022, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), o ensino básico brasileiro é

realizado por mulheres, em maioria, o corpo docente é composto por 2.315.616 profissionais, 1.834.295 (79,2%) são professoras.

Na educação infantil são praticamente a totalidade: 97,2% nas creches e 94,2% na pré-escola. No ensino fundamental, as mulheres são 77,5% e no médio 57,5%, esses números reproduzem estereótipos que estão enraizados em nossa cultura de quem deve tomar conta dos filhos quando eles estão nas creches ou escolas.

Por sua vez, a sociedade contribuiu significativamente para a manutenção desses preconceitos. As expectativas de gênero foram moldadas pelos meios de comunicação social, famílias, organizações religiosas e grupos de pares. Estes fatores externos permearam o sistema educativo, onde os professores, os currículos e a cultura escolar refletiam frequentemente os padrões sociais dominantes. Em um relato do garoto chamado Tiago no livro “Vamos falar sobre... O respeito a igualdade” por Rita Radl Philipp, ela cita que ele gostava de brincar com cozinhas de brinquedo e com bonecas, algumas vezes lhe disseram que meninos não brincam com bonecas. Até sua professora lhe disse isso (2008, p.33). A educação tornou-se um reflexo e um reforço das normas tradicionais de gênero como resultado deste ciclo. Com brincadeiras, padrões culturais para as crianças, a escola acaba delimitando espaços, como cita, Louro (1999).

Ali se aprende olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores ‘bons’ e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenha algumas habilidades e outras não [...] (LOURO, 1997, p.61).

Muitas vezes essas questões de gênero foram fortemente reforçadas pelo fator biológico, diante disso, precisamos diferenciar sexo de gênero “O sexo, feminino ou masculino, seria biologicamente determinado, com base nos cromossomos, hormônios, aparência genital [...] Já o gênero, homem e mulher, é visto como construção social, pois envolve o desempenho de papéis sociais na sociedade” (SENE, 2007, p.7).

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem “científica”, a distinção biológica, ou melhor, a distinção

sexual, serve para compreender – e justificar – a desigualdade social. (LOURO, 2004, p. 20).

À luz do desenvolvimento histórico do sistema educacional do país, pode-se dizer que o problema dos estereótipos de gênero nas escolas brasileiras destaca a intricada conexão entre os padrões culturais e o modo como as pessoas se desenvolvem como indivíduos. Embora os papéis tradicionais de gênero tenham tido impacto na história educacional do Brasil, há uma crescente consciência e desejo de superar esses preconceitos, produzindo um ambiente educacional mais inclusivo e igualitário. Isto é consistente com mudanças socioeconômicas mais gerais que ocorrem no Brasil e em outros lugares.

3. Teias de Crença, Educação e Laços Familiares: Desvelando os Estereótipos de Gênero na Escola.

A nossa sociedade é fortemente influenciada por estereótipos de gênero, que têm impacto nas atitudes, expectativas e deveres atribuídos às pessoas dependendo do seu gênero. Múltiplas instituições sociais, como a família, a escola e a religião, têm impacto na criação e manutenção destes preconceitos. Estas instituições desempenham um papel crucial na socialização, influenciando a forma como as pessoas encaram os papéis e a identidade de gênero e como devem comportar-se. Esta sessão examinará as interações complexas que a família, a escola e a religião têm no percurso educativo de uma criança, bem como as ferramentas de socialização que desempenham um papel no desenvolvimento de estereótipos de gênero.

Miguel Vázquez Freire (2008, p.25) fala sobre essas ferramentas:

Os instrumentos que as sociedades utilizam para transmitir os valores são chamados de agentes de socialização. Eles recebem esse nome porque os valores são peças essenciais para a integração do novo indivíduo (criança, jovem) na sociedade da qual terão de participar quando se tornarem adultos. Ao longo da história, a família, a escola (ou as instituições educacionais típicas de cada sociedade) e a igreja (ou as instituições típicas de cada sociedade) desempenham esse papel.

Falando dos estereótipos de gênero na escola e relacionando com a família escola e religião é importante destacar o papel da igreja como máquina de reforço a ideia da inferioridade feminina e isso ocorre desde a sua ascensão na idade média, tais entendimentos foi adotado por diversos e influentes teólogos, como Agostinho.

Agostinho admite a dicotomia alma espiritual-carne, masculino-feminino em qualquer ser humano, homem ou mulher. Cada um e cada uma precisam superar o feminino que temos dentro de nós, já que o feminino é representação da carne e da concupiscência. É necessário submetê-lo ao elemento masculino, que é o domínio da alma espiritual. Devido a esse raciocínio é que no cristianismo antigo a virgem era assemelhada ao homem (*vir*), tendo acesso, pois à *virtus* (virtude). Virtuosa porque capaz de superar a feminidade, que representava a carne (Candiotta, 2012: 154).

Ao longo da história, houve períodos em que a mulher foi relegada a um papel secundário, frequentemente limitada a servir o homem para que ele não fique sozinho e desempenhar funções descritas de forma específica na Bíblia. “E disse o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma adjutora que esteja como diante dele” (BÍBLIA, A.T. 1995, p.4). “E à mulher disse: multiplicarei grandemente a tua dor e a tua concepção; com dor terás filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará.” (BÍBLIA, A.T. 1995, p.4). Esse posicionamento restringiu o papel feminino em diversas esferas sociais, limitando suas oportunidades de participação ativa em vários aspectos da vida cotidiana e, por vezes, diminuindo suas contribuições para além do contexto descrito nos textos religiosos.

Desta forma, a própria identidade de Eva foi tirada desde o início. Sua história já se inicia a partir e somente em função do outro, superior a ela em corpo e espírito. (Gebara, 2016).

A relação da Igreja foi fortemente abalada com a chegada da modernidade. Nesse momento histórico, houve um estremecimento em relação os privilégios amparados, até então, pela razão divina. (Carvalho Netto e Scott. 2011).

Com isso, buscava-se uma igualdade entre (exclusivamente) os homens. Mesmo com diversas controvérsias e adversidades, as mulheres conseguiram triunfo e conquistas importantes como; o direito a frequentar a escola em 1827, acesso às faculdades em 1879, dentre outros.

De acordo com Censo de 2010, 65% da população brasileira é católica, majoritariamente as famílias católicas têm enfatizam papeis de gênero tradicionais onde o homem é o provedor e a mulher cuida do lar e sem valorização nenhuma. “Os maridos não consideravam as esposas como iguais e não apareciam em público com elas, nem encorajavam sua participação em qualquer forma de atividade social ou intelectual. (BURNS, p.190). Esses estereótipos são reforçados através de interpretações de textos bíblicos como citados acima. Diante disso, Tânia Silva Pereira (2000, p.31) argumenta:

A entidade familiar age poderosamente no exercício da subordinação e veiculação ideológica, uma vez que está vivamente presente desde o nascimento e é marcada por fortes componentes emocionais que estruturam de forma profunda a personalidade de seus membros.

É salutar e necessária a interação familiar. O que é patológico e prejudicial é neutralizar no adolescente sua capacidade de observar, avaliar, refletir e decidir livremente.

Diante dessas reflexões e das evidentes distorções que a influência indevida acarreta no plano racional, é preciso que os membros e dirigentes da família tenham a consciência de que, mesmo preservando suas funções, não devem exercer influência sufocante nos filhos.

É importante destacar o importante papel que as escolas têm desempenhado na formação das perspectivas das pessoas e no apoio ou questionamento dos papéis de gênero estabelecidos ao discutir o tema dos estereótipos de gênero nas escolas no contexto da história educacional brasileira.

As escolas brasileiras têm uma longa história de refletir normas e preconceitos de gênero na sociedade em geral. A suposição de que se esperavam deveres e ações específicas das pessoas com base no seu gênero foi frequentemente perpetuada através do sistema escolar, que foi influenciado por normas culturais e religiosas.

É fundamental lembrar, porém, que a cultura e a educação brasileiras mudaram ao longo do tempo. Existem agora campanhas por uma reforma educativa que seja mais inclusiva e pela igualdade de gênero. O papel das escolas no cultivo do pensamento crítico sobre questões de gênero, no apoio a currículos sensíveis ao gênero, na defesa da igualdade de oportunidades para todos os alunos e no questionamento de normas e estereótipos de gênero estabelecidos está a crescer.

4. O Impacto dos Estereótipos na Experiência dos Alunos LGBTQ+ nas Escolas.

A sociedade brasileira está passando por mudanças profundas que demandam atenção de todas as instituições democráticas. Existe um crescente reconhecimento da importância da educação como instrumento fundamental na luta contra

preconceitos e discriminações, possibilitando uma participação plena e equitativa em todas as esferas sociais. O sistema educacional brasileiro está sendo convocado a desempenhar um papel mais ativo na superação de obstáculos que limitam a participação social e política, além de perpetuarem padrões opressivos que agravam desigualdades.

Precisamos sondar alguns conceitos como a LGBTfobia, ou fobia contra pessoas LGBTQIA+, é a hostilidade, o preconceito ou a discriminação direcionados a indivíduos lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e a outras identidades de gênero ou orientações sexuais que não se enquadram na norma heterossexual. Essa forma de discriminação pode se revelar de muitas maneiras, como palavras ofensivas, agressões físicas, isolamento social, piadas que machucam, restrição de direitos e oportunidades. Tudo isso tem um impacto negativo na vida e na sensação de segurança das pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIA+.

O Brasil é um país que criminaliza a homofobia desde 2019, o STF entendeu que se aplicava aos casos de homofobia e transfobia a lei do Racismo (Lei n 7.716/1989). O artigo 20 da lei em questão prevê pena de um a três anos de reclusão e multa para quem incorrer nessa conduta. Mas, segue sendo o país mais LGBTfóbico do mundo.

Segundo uma pesquisa da Unesco, chamada “Perfil dos Professores Brasileiros” realizada em 2002 com 5 mil professores de escolas públicas e privadas em todo o Brasil, descobriu-se que 59,7% dos entrevistados consideravam inaceitável que alguém mantivesse relações homossexuais. Além disso, 21,2% expressaram não gostar da ideia de ter vizinhos que fossem homossexuais. (UNESCO, 2004: 144, 146).

Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse ‘contagiosa’, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade (LOURO, 1999, p.29)

É notável o interesse crescente por medidas abrangentes para combater a violência, a discriminação e o preconceito contra diversos grupos, incluindo travestis, lésbicas, homens homossexuais e bissexuais, presentes em nossas escolas. As instituições educacionais são reconhecidas como espaços essenciais para

fomentar consciência crítica e implementar políticas baseadas no respeito à diversidade e aos direitos humanos. A crescente percepção da gravidade da homofobia acentua a necessidade de ações efetivas nesse âmbito social.

5. Considerações Finais

A investigação a respeito dos estereótipos de gênero na educação brasileira revelou uma narrativa intrincada e abrangente. Ao longo de tempos passados, tais estereótipos deixaram uma marca indelével nas estruturas e nas convicções enraizadas no sistema educacional.

Foi notório observar a persistência destes estereótipos e seu impacto na formação educacional, gerando disparidades, restringindo oportunidades e impondo expectativas rígidas nos papéis de gênero. Não apenas o desempenho acadêmico é afetado, mas também a saúde mental e emocional, sobretudo dos estudantes LGBTQ+ que enfrentam rotineiramente exclusão e discriminação no âmbito escolar.

Analizamos minuciosamente a influência exercida pela família, pela escola e pela religião neste processo, compreendendo o papel crucial dessas instituições na socialização e perpetuação desses paradigmas. É alarmante perceber como tais estereótipos se enraízam precocemente, influenciando a cosmovisão das crianças.

Discorreremos igualmente sobre a imprescindível relevância da educação na busca pela igualdade de gênero. Torna-se essencial o desenvolvimento de programas educacionais sensíveis às nuances de gênero, priorizando a desconstrução desses padrões preestabelecidos.

Por fim, mais que uma simples conclusão, urge a necessidade de agir para promover um ambiente educacional mais acolhedor e equitativo para todas as crianças. Reconhecemos a importância de fomentar a diversidade e os direitos humanos nas instituições educacionais, compreendendo ser fundamental para a

superação dos estereótipos de gênero e a efetiva transformação do ambiente educacional em um espaço inclusivo e justo.

Referências

A homofobia é um crime imprescritível e inafiançável no Brasil desde 2019”, ressalta Ligia Fabris, coordenadora Programa Diversidade da FGV Direito Rio. FGV DIREITO RIO. 2022. Disponível em: <https://direitorio.fgv.br/noticia/homofobia-e-um-crime-imprescritivel-e-inafiancavel-no-brasil-desde-2019-ressalta-ligia#:~:text=Na%20decisão%2C%20o%20STF%20entendeu,para%20quem%20incorrer%20nessa%20conduta>. Acesso em: 20/11/2023.

BEAOUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Trad. de Sérgio Milliet. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009c.

BURNS, Edward McNall. **História da civilização Ocidental**. Homens das Cavernas até a Bomba Atômica, 1941. P.190

Candiotto, Jaci de Fátima Souza. **A leitura da criação e da antropologia teológica a partir das relações de gênero**. INTERAÇÕES, v. 7, n. 11, p. 147-163, 2012.

Carvalho Netto, Menelick; Scotti, Guilherme. **"Os direitos fundamentais e a (in) certeza do direito: a produtividade das tensões principiológicas e a superação do sistema de regras."** (2011) Belo Horizonte: Fórum.

CHASSOT, Attico Inácio. **A ciência é masculina?** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003;

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 8a ed. São Paulo: Editora. Revista dos Tribunais, 2011, p. 424.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

Gebara, Ivone. "Corpo, novo ponto de partida da teologia". In: Ribeiro, Cláudio (org.). **Rasgando o Verbo - Teologia**

Feminista em foco. (2016) São Paulo: Fonte Editorial.

Livro homenageia a sufragista francesa Olympe de Gouges com prólogos de deputadas. Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/noticias/livro-homenageia-a-sufragista-francesa-olymp-de-gouges-com-prologos-de-deputadas#:~:text=A%20oposição%20de%20Olympe%20ao,morte%20na%20guilhotina%2C%20em%201793> . Acesso em: 11/10/2023

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogia da sexualidade**. O corpo educando: pedagogia da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Mulheres retomam papéis protagonistas na cultura indígena. CATARINAS. Disponível em: <https://catarinas.info/mulheres-retomam-papeis-protagonistas-na-cultura-indigena/> . Acesso em: 13/10/2023

Mulheres são maioria na docência e gestão da educação básica. gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basica> .

Acesso em: 10/10/2023

PEREIRA, Tânia da Silva. **O Melhor Interesse da Criança: Um Debate Interdisciplinar**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

PORFÍRIO, Francisco. "Gilberto Freyre"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/gilberto-freyre.htm>. Acesso em 21 de novembro de 2023.

PUTTI, Alexandre e CÉSAR, Caio. "Por que o Brasil continua sendo um país LGBTfóbico?". CartaCapital, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/por-que-o-brasil-continua-sendo-um-pais-lgbtfobico/amp/> . Acesso em: 20/11/2023.

Radl Philipp, Rita. *O Respeito à Igualdade*. Edited by Ciranda Cultura, 2008.

SENE, Gláucia Aparecida Malerba. Indicadores de gênero na pré-história brasileira: contexto funerário, simbolismo e diferenciação social. O sítio arqueológico Gruta do Gentio II, Unaí, Minas Gerais. MAE. USP, 2007, 389p. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-03042008-115634/publico/TeseGláuciaAMSene.PDF>> Acesso em: 11/10/2023.

SOUZA, Warley. "Simone de Beauvoir"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/literatura/simone-de-beauvoir.htm>. Acesso em 20 de novembro de 2023.

UNESCO. "O Perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam...". UNESCO Digital Library, 2004. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000134925>. Acesso em: 20/11/2023.

Vázquez Freire, Miguel . *Os Valores Sociais*. Edited by Ciranda Cultura, 2008.